

**CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação**

CEDI - P. I. B.
DATA 27/06/86
COD. AGD00014

DOSSIÊ DE IMPRENSA SOBRE CONFLITO NA ÁREA APINAYÉ

Período: 06/jan/85 a
13/fev/85

CORRIGIO PARA ZILIANSE - BSB-DF 6.01.85

4468 Massacre ameaça índios

Os Apinajé prontos para lutar em Tocantinópolis

ROSANE GARCIA
Da Editoria Nacional

Em pé de guerra. Esta é a postura atual dos índios Apinajé em defesa de seu território ao norte de Goiás, no município de Tocantinópolis. Apolados pelos índios Xerente e Krahô, os Apinajé estão dispostos a ir à luta para ver os 148.600 hectares de terra demarcados. Com apoio ou não da Funai e dos órgãos de segurança do Estado, eles reafirmaram a sua disposição de continuar abrindo picadas, definindo, assim, os limites do seu território.

A Funai, como órgão tutor e executor da política indigenista oficial, não tem condições de evitar o conflito que vem sendo estimulado pelos vereadores José Bonifácio Gomes (PDS) e Agostinho Araújo Rodrigues (PMDB). Muito menos tem como decidir a questão, pois o seu presidente, Nelson Marabuto Domingues como membro nato e coordenador do grupo interministerial criado pelo decreto 88.118/83 para definir as terras indígenas, não dispõe de força política sequer para reunir os integrantes do "grupão".

A solução é simples e dinheiro não falta. Inexiste sim vontade política. A área Apinajé está invadida por 653 famílias de posseiros que já se manifestaram

dispostos a deixar o território indígena, desde que sejam reassentadas em outro local. O Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) localizou uma área entre os municípios de Araguatins e Itacajá, com capacidade para receber todos os posseiros. Por sua vez, a Funai tem à sua disposição na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) 400 mil dólares para promover o reassentamento dos lavradores e também a demarcação das terras indígenas.

Apesar disso, a área Apinajé está sob a influência de jurisdição do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), a quem cabe decidir sobre os posseiros. Durante toda a semana passada o presidente da Funai tentou um contato com o presidente do Getat, Iris Pedro da Silva, que mesmo estando em Brasília negou-se a participar de uma reunião com Marabuto e as lideranças Apinajé.

Como órgão do Conselho de Segurança Nacional, o Getat não se sensibilizou diante de nenhuma iniciativa da Funai na tentativa de solução do problema. Em novembro do ano passado, durante uma reunião na prefeitura de Tocantinópolis, representantes do Getat afirmaram que a Funai estava querendo terra demais para poucos índios, e que sua pretensão não pas-

sava de um grande absurdo. Na verdade, os representantes deixaram transparecer que o Governo ainda não havia digerido a vitória dos Txucarramãe, em abril do ano passado, quando aqueles índios, reconquistaram, através de uma luta política que durou 42 dias, o território do Parque Indígena do Xingu, cuja extensão é superior ao Estado do Rio de Janeiro.

Mas ao contrário da questão do Xingu, o problema Apinajé tem uma extensão social muito maior. No primeiro episódio não havia envolvimento de famílias de lavradores. A luta era contra fazendeiros que não ocupavam as terras. Já na área Apinajé, além dos índios, centenas de brancos empobrecidos estão envolvidos e sendo manipulados por forças políticas que têm o claro objetivo de tumultuar e mais uma vez expulsar a comunidade indígena.

A luta dos Apinajé teve início em 1926, quando o cacique José Dias partiu, a pé, de Goiás para o Rio de Janeiro, com o objetivo de falar com o marechal Rondon e o presidente da República sobre a demarcação de suas terras. Naquela época o território abrangia uma área próxima ao dobro da proposta atual de 142.600 hectares. Desde aquela data a situação nunca foi resolvida. Até o início da década de 70 os Apinajé

deixavam pequeno posseiros se instalar na área, a quem eles chamavam de agregados. Estes pequenos posseiros viviam da colheita de babaçu e de roças de mandioca. Com o início da era desenvolvimentista, os índios perderam o controle de quem entrava e saía de seu território. Ao mesmo tempo profissionais liberais instalados em Tocantinópolis começam a comprar as posses nas áreas indígenas. Assim, em 1976, pela primeira vez vai ao local uma equipe da Funai para fazer um levantamento da área. Surgiram três propostas, sendo uma intermediária de 86 mil hectares endossada pela Funai. Dois anos depois tem início a demarcação por uma firma contratada pela Funai, mas a picada passava a três metros da aldeia e os índios impediram que continuasse.

Antropólogos e indigenista da Funai têm a certeza que nunca haverá um confronto entre índios e posseiros, mas temem que uma luta armada entre os Apinajé e a população de Tocantinópolis seja iminente. E nesta guerra a maior baixa será por parte dos índios, desprovidos de armas. A responsabilidade maior, entretanto, será do Getat que se nega a dar uma solução à questão dos posseiros, temendo que estes invadam as terras dos políticos.

Por que os índios querem a guerra?

Kátia Aguiar

Revanchismo a palavra tão temida pelos militares — e até por alguns civis —, responsáveis pelo Golpe de abril de 1964, está sendo utilizada por eles próprios contra os índios Apinagê do Norte de Goiás, que exigem o que por direito lhes é devido: a demarcação de suas terras para livrá-las da cobiça do chamado homem civilizado. E que membros do Conselho de Segurança Nacional não absorveram a estrondosa vitória — ocorrida em abril do ano passado — dos valentes guerreiros Txucarramãe, do Parque Indígena do Xingu. A informação é de alta fonte da Fundação Nacional do Índio, seriamente preocupada com as conseqüências que poderão advir do humor do CSN, que decidiu não atender as reivindicações dos Apinagê, apesar de ter todas as condições para tal, apenas para não dar novamente o « braço a torcer », tentando com isso empurrar mais uma « batata quente » ao novo Governo. Mas, até lá, muita gente poderá ter morrido.

Os Txucarramãe liderado pelo valoroso cacique Raoni resolveram que parte de seu chão, que estava em mãos de alguns fazendeiros, seria reintegrada ao Parque; que o então presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, seria destituído daquele cargo por ser considerado *persona non grata* entre os índios; que a área sagrada do Kapoto, constituída de 186 mil hectares lhes seria devolvida e que teriam o controle da balsa que faz a ligação entre a rodovia Cuiabá-Santarém. Como haviam exaurido esses pedidos a nível pacífico, partiram para obtê-los do modo considerado mais eficaz: bloquearam a rodovia sequestrando a balsa que faz a travessia do Rio Xingu, e impedindo com isso o transporte de carga deixando parados um número enorme de caminhões.

Após 42 dias de tensão na área onde não faltou a detenção e ameaça de morte a funcionários da Funai por parte do Txucarramãe, que com isso mostravam sua determinação em obterem o que era seu, os índios venceram chegando a mesmo, através de Raoni, a literalmente puxarem a orelha do ministro do Interior, Mário Andreazza, por não ter atendido mais cedo a seus direitos. Os representantes do Conselho de Segurança Nacional que debateram o assunto ficaram insatisfeitos com o seu resultado, amargando o que consideraram uma « derrota ».

Crise após crise a Funai chegou no seu sexto presidente na gestão Figueiredo, e segundo após o Caso do Xingu. Mas as constantes trocas de presidente em nada alteraram o quadro indígena. E, novamente, após verem esgotados os esforços legais mais uma tribo decide se rebelar para poder sobreviver. Desta vez os Apinagê do Norte de Goiás, que a exemplo dos xinguanos têm o apoio de outros índios.

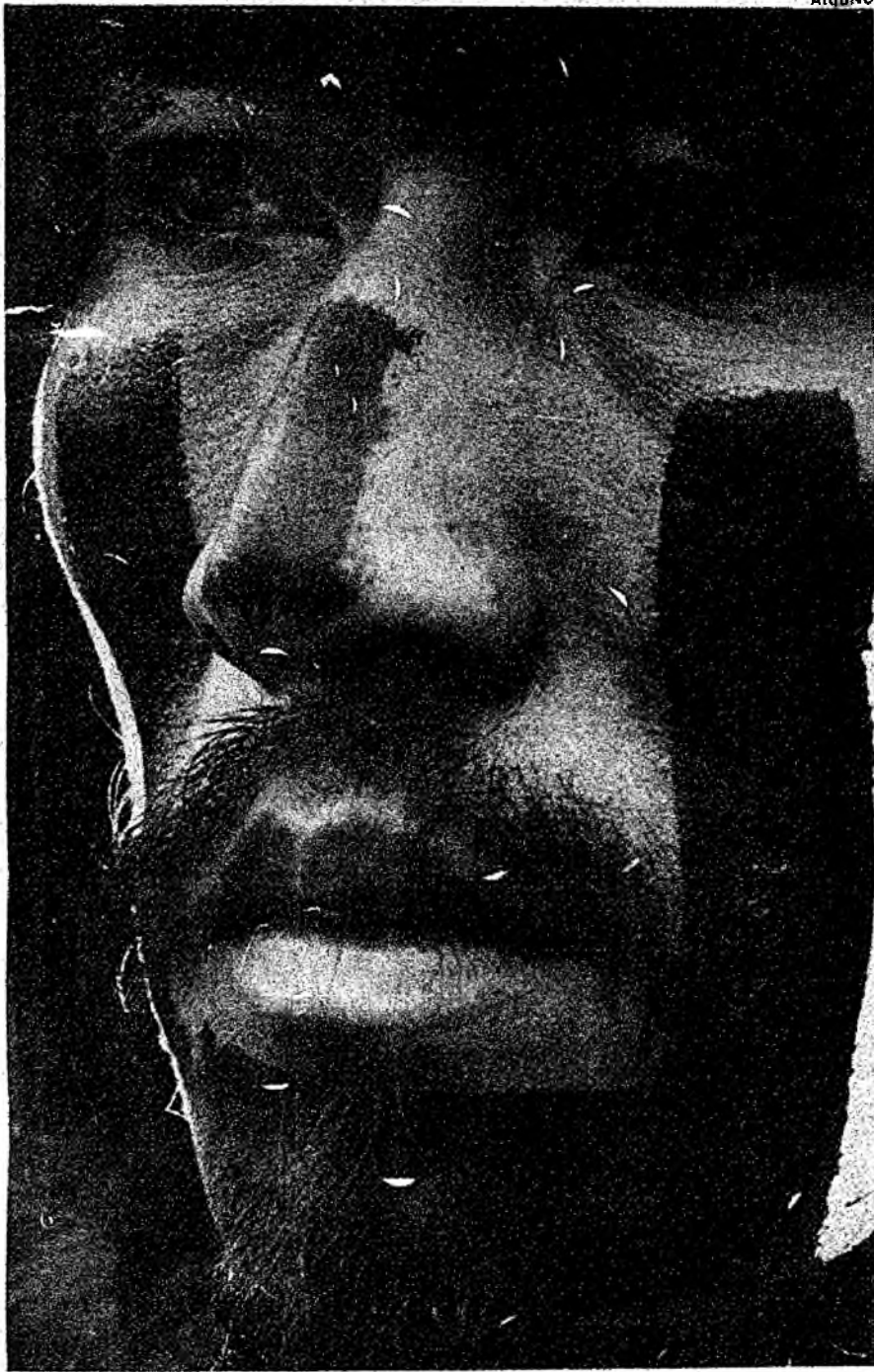
“O Conselho de Segurança Nacional não quer dar o braço a torcer e tenta empurrar mais uma batata quente para o próximo governo. Mas, até lá, muita gente terá morrido”

Em 1926 o capitão José Dias, um Apinagê, fez, à pé, uma viagem ao Rio de Janeiro onde pediu ao marechal Rondon e ao presidente da República a demarcação de suas terras que estavam começando a ser ocupadas pelos brancos. Nessa época a área daqueles índios abrangia o dobro da proposta hoje feita pela Funai e aceita por eles, que é de 148 mil e 600 hectares. O capitão voltou certo de que suas terras seriam protegidas. Ledo engano.

Com a abertura da Transamazônica, em 1970, a invasão da área indígena acentuou-se, e os silvícolas que mantinham um certo controle de seu território, permitindo a alguns pequenos posseiros (« agregados ») que trabalhassem a sua terra, perderam-no completamente, lamenta Gilberto, informando que a situação para os Apinagê começou a piorar pois profissionais liberais, gerentes de banco e políticos locais iniciaram a compra ilegal da posse dos agregados.

Providências

Cinqüenta anos depois da viagem de José Dias a Funai começou a tomar a primeira providência em torno do assunto. Encaminhou uma equipe para fazer a eleição da área. Esta vol-



Arquivo

tou com três propostas: uma delas atingia ao interesse dos índios e chegava próximo aos 148 mil hectares de agora; outra beneficiava os interesses da cidade de Tocantinópolis e dava irrisórios 26 mil hectares aos índios, uma terceira proposta intermediária lhes concedia 86 mil hectares, amputando, assim, Cocalinho da pretendida reserva, mas, afinal aceita.

O edital de demarcação foi publicado, a firma contratada, a picada aberta. No entanto, eis que os índios descobrem que sua aldeia seria cortada nesse projeto da Funai e pararam a demarcação.

Mais quatro anos se passaram. O órgão tutelar encaminha uma antropóloga para rever a demarcação. Passam-se mais três anos e a Funai envia ao Grupão uma proposta de 102 mil hectares, deixando Cocalinho novamente de fora. O « Grupão » é o Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto 88.118 de fevereiro de 1983 que retira da Funai o direito de decidir sozinho a respeito das terras indígenas, passando essa questão a ser da alçada do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat) e Ministério do Interior e órgãos do CSN. Todos sob a presidência da Funai, cuja função é meramente decorativa uma vez que não tem na prática qualquer poder. Por isso, o Grupão é amaldiçoado atualmente pela alta direção do órgão tutelar que torce pela sua extinção no governo Tancredo Neves.

Pois bem, o Getat recusou-se a mandar dois de seus membros para realizarem o levantamento fundiário, quando a proposta estava prestes a

Desde 1926 que os Apinagê pedem a demarcação de suas terras e até hoje não conseguiram nada de efetivo. Até o momento só conseguiram muita promessa dos governantes

ser aprovada. Então a Funai resolveu fazê-lo sozinho.

Exigências

Nesse meio tempo, em virtude da área Apinagê estar sob a influência do Projeto Carajás, financiado pelo Banco Mundial o qual exigiu como contrapartida do Governo brasileiro a

aplicação de 400 mil dólares para a demarcação das terras daqueles índios e o reassentamento dos posseiros nela situados a Companhia Vale do Rio Doce, responsável pela obra, mandou uma antropóloga às terras indígenas e

Cansado de suplicar o que lhe é de direito o índio resolveu fazer justiça com as próprias mãos. Se o governo não demarcar sua terra ele irá à guerra.

esta propôs à Funai que demarcasse 148 mil hectares.

Maria Elisa Ladeira, a antropóloga, foi chamada de agitadora em virtude da sua proposta e proibida pelo então presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, de entrar em qualquer terra dos índios. Ficaram paradas tanto a sugestão de 102 mil hectares, quanto a da CVRD.

Ao assumir a Funai em maio de 1984, após a destituição de Otávio, o novo presidente mandou nova equipe à área que endossou a proposta dos 148 mil hectares, sendo encaminhada ao Grupão que se recusou a discutí-la. Novo levantamento fundiário é realizado em julho pela Funai sem a presença do Getat que insiste em não ir. Outra reunião do Grupão par debater o assunto e nada. Tudo fica com antes.

Expulsão

Como o Estatuto do Índio afirma que o reconhecimento da terra indígena independe da demarcação física, os índios cansados e tendo esgotada sua paciência decidem voltar para Cocalinho, de onde foram expulsos em 1950 por fazendeiros que envenenaram suas águas, tendo ido se juntar ao grupo da aldeia São José.

Atendendo ao seu pedido, em novembro, já na gestão Nelson Marabuto, a Funai iniciou a colocação de placas de proibição de entrada de brancos nos limites da área dos 148 mil hectares. Dois dias após, o vereador José Bonifácio Gomes e seus capangas deram início a retirada das placas, que foram recolocadas pelos índios.

A tensão entre os verdadeiros donos da terra e os usurpadores foi aumentando. Um antropólogo da Funai combinou então, um contato pessoal com o prefeito de Tocanti-

nópolis para explicar-lhe, em detalhes, a posição do órgão tutelar sobre o assunto. Ao chegar à Prefeitura deparou-se com nada menos que 250 ocupantes das terras indígenas, que quase o lincharam. Dois representantes do Getat que lá se encontravam a convite do prefeito, afirmaram que a Funai queria terra demais para pouco índio.

Com o fim de evitar um confronto maior, a Funai conseguiu que os índios deixassem que as placas fossem retiradas. Mas, longe de acalmar os invasores, essa decisão apenas fortaleceu seus ânimos. Como prova disso, o ex-prefeito de Araguatins, João de Deus, acompanhado de 40 homens armados, invadiu a aldeia de Cocalinho, matando animais, queimando as casas dos índios, e levando mulheres e crianças em um caminhão — os homens estavam trabalhando — para as proximidades da Transamazônica, ameaçando-as de morte, caso não voltassem para a aldeia de São José.

Gota d'água

A atitude violenta de João de Deus deu vazão a imediata reação dos Apinagê, que através da líder Maria Barbosa solicitaram o apoio dos índios Xerente Kraô, obtido em seguida, com a ida de mais de 70 deles para a área conflituosa.

Os cerca de mil Apinagê que ali vivem decidiram abrir a picada para demarcação de suas terras por conta própria, mesmo informados de que não poderiam contar com o prometido apoio do governador goiano Iris Rezende, « pois seu secretário de Segurança, responsável pela proteção, deputado José Freire, não tem qualquer interesse em melindrar seu eleitorado da região Tocantinópolis-Araguatins ». Eles resolveram assumir o risco que estavam correndo.

No dia 11 de dezembro passado o cacique Francisco Apinagê e o chefe de Posto da área, Erivelson Ribeiro de Andrade, foram agredidos fisicamente pelo vereador José Bonifácio Gomes que na frente da Prefeitura, onde se encontrava o delegado de Polícia, sacou de um revólver ameaçando-os enquanto seus capangas e ele próprio se encarregavam de bater nos dois homens desarmados. Após um certo tempo o delegado interveio mas, conforme denunciavam assessores da Funai, não tomou qualquer providência, nem ao menos deu flagrante.

Isso foi o suficiente para a picada ser acelerada, e as ameaças por parte dos brancos aumentarem.

Durante a semana passada o presidente da Funai tentou inutilmente reunir o Grupão, sensibilizar o Getat, mas sequer conseguiu falar com seu presidente, Iris Pedro da Silva. E, as lideranças indígenas que vieram aqui para tentar uma última solução pacífica embarcaram de volta antes mesmo do que haviam imaginado por constatarem que nada de positivo foi feito, e certas de que haverá um confronto armado entre as duas partes.

Durante a semana passada o presidente da Funai tentou inutilmente reunir o "Grupão", sensibilizar o Getat, mas, sequer, conseguiu falar com o seu presidente.

Um confronto desnecessário pois o Governo tem a verba do Banco Mundial para demarcar as terras e reassentar as 653 famílias de posseiros, que aliás na sua maioria não se recusa a mudar de lugar, apenas um pequeno número incitado pelos políticos já referidos e alguns outros de similar notoriedade é que resiste. O governo tem, ainda, terra para o reassentamento cedida pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), entre Itacajá e Goiatins, e mais que isso tudo tem o dever de assim agir, e uma lei que cobre as medidas. Mas, apesar da impertinência de vereadores ambiciosos, inescrupulosos, pois rejeitam o direito do índio e agem contra as normas legais vigentes, está, de acordo com assessor da Funai o desabonado revanchismo. O CSN, diz ele, por considerar-se politicamente derrotado no episódio do Xingu, deixa mais de mil Apinagê a mercê da sandice e ignorância de meia dúzia de brancos, para os quais, conforme o pensamento do sanguinário general Custer, « índio bom é índio morto ».

Cresce a tensão no Norte de Goiás

190 Fazendeiros e índios trocam tiros na longa luta pela terra

Memélia Moreira

Enviado especial

O primeiro enfrentamento entre fazendeiros e Apinagés no Norte de Goiás, ocorreu na tarde de ontem. Os índios que abrem a picada de demarcação da área foram surpreendidos pelos tiros. Não houve feridos, mas a tensão na área é crescente, tanto na aldeia, como na cidade de Tocantinópolis.

Ontem, os povoados de Passarinho e Prate, à beira da Transamazônica, amanheceram sob a proteção dos soldados da Polícia Militar de Goiás. E na estrada Belém-Brasília, a cinco quilômetros de Araguaina (Goiás), a Polícia Rodoviária Federal, com apoio da Polícia Militar, param todos os carros que trafegam nos dois sentidos da rodovia. Os policiais querem evitar a chegada de mais índios na reserva Apinagé.

Apesar disso, os kaiapó do Sul do Pará e os índios do Parque do Xingú estão se preparando para vir a área defender o cacique Raoni, que desde a

semana passada apoia o trabalho dos Apinagés. Raoni, chefe do Txukarranaê, está ameaçado de prisão por comandar o movimento de abertura da picada de demarcação e as autoridades policiais acreditam que sua presença no Norte de Goiás é estímulo aos demais índios.

CERCO

Na cidade de Tocantinópolis, o superintendente da Funai, Gerson da Silva Alves, acompanhado por quatro índios, foi cercado por seiscentas pessoas, a maioria armada. Ele pretendia manter contato com as autoridades locais, tentando negociar com os fazendeiros e políticos locais. Momentos antes de sua chegada, o carro munido de alto falantes, convocou a população para encontrar o superintendente. Liberado, Gerson retornou à aldeia. Todos os funcionários da Funai e jornalistas estão sob constante ameaça de prisão pelo delegado Lima.

Bastante, exaltado, o delegado Lima, acompanhado por quatro policiais armados, abordou os jornalistas Memélia

Moreira, da Sucursal de Brasília e Sandra Carvalho de "O Globo", quando as duas conversavam com cacique Raoni, na Transamazônica. Aos gritos, o delegado ameaçou: "Não vou permitir a presença de agitadores na área". Quando as repórteres protestaram contra a acusação ele gritou mais ainda, dizendo: "Eu tenho autoridade para gritar e até para prender vocês duas. Fiquem quietas. E não duvidem disso". Esse delegado foi o responsável pela prisão das duas repórteres na tarde de anteontem.

À tarde, o superintendente da Funai tentou negociar com os índios, pedindo mais um prazo para demarcação oficial da reserva. O prazo dado é 30 de janeiro, mas os índios não querem mais esperar porque há doze anos reivindicam a demarcação da terra.

Na aldeia, o cacique Francisco, dos Apinagés, garante que agora serão fixados limites na reserva. Armados de borduna, arco e flexa, o cacique e outros líderes estão em vigília permanente para defender as mulheres e crianças.

O GLOBO

Rj - 25.01.85

Índios ajudam Apinajés a demarcar área em Goiás

SANDRA CARVALHO
Enviada Especial

TOCANTINÓPOLIS — Os principais líderes de 12 aldeias kaipó, do Sul do Pará, e outras lideranças do Xingu, decidiram ontem ir para a aldeia São José, no extremo-norte de Goiás, para reforçar a segurança dos índios Apinajés e ajudá-los no trabalho de abertura de picadas para a demarcação dos 148,6 mil hectares.

O clima na área continua bastante tenso. O Superintendente da Funai, Gérson da Silva Alves, chegou ontem à aldeia e pediu aos índios que paralisassem a abertura de picadas até o próximo dia 31, para aguardar uma solução do grupo de trabalho integrado pelo Conselho de Segurança Nacional, Ministérios para Assuntos Fundiários e do Interior, Funai e Getat. Mas os índios se recusaram, alegando que há 12 anos aguardam uma solução do Governo.

Ao chegar à cidade de Tocantinópolis (a 20 quilômetros da aldeia), para manter contatos com as autoridades locais, Gérson Alves foi cercado por cerca de 500 moradores, a grande maioria armada, que protestava contra a decisão dos índios de demarcar as terras por conta própria. Gérson foi retirado do local por agentes da Polícia Militar, retornando imediatamente à aldeia, em um carro da Funai.

O clima de hostilidade da população local contra os índios aumenta a cada dia. O Prefeito de Tocantinópolis, José Sabóia de Souza Lima, e todos os vereadores afirmam que os Apinajés não podem receber os 148,6 mil hectares reivindicados, porque isso representa quase um terço dos 560 mil hectares do município, e propõem uma área de 25 mil hectares para a reserva indígena.

Na área reivindicada pelos Apina-

gé, encontram-se 406 famílias de posseiros e inúmeras fazendas, embora nenhuma com o título de posse.

O Cacique Raoni, da tribo Txucaramãe, do Xingu, é quem está comandando os 600 Apinajés e os 400 índios de 12 tribos diferentes, que chegaram à aldeia na semana passada para apoiar os Apinajés. Ontem pela manhã, o Cacique Raoni foi à Delegacia de Tocantinópolis e à Polícia Militar do Município, para pedir proteção aos índios que estão trabalhando na abertura de picadas.

A saída de Raoni da aldeia, entretanto, foi cercada de muita tensão, porque os índios receberam informações de que a Polícia local e a população de Tocantinópolis pretendiam prendê-lo na cidade. Mas Raoni, que é apontado na região como seqüestrador de brancos, não teve qualquer problema.

Os mil índios que se encontram na Aldeia São José, amanheceram bastante agitados, permanecendo ar-

Polícia Militar foi obrigada a intervir para que o Superintendente da Funai não fosse agredido por moradores armados de Tocantinópolis, que protestam contra a demarcação

mados de espingardas, bordunas, facões, arcs-e-flexas durante todo o dia. As autoridades de Tocantinópolis também aumentaram o policiamento. Chegou ontem à cidade um novo grupo de 50 policiais militares. Para o povoado de Passarinho (com mil habitantes e a 12 quilômetros da aldeia) foram deslocados sete policiais fortemente armados.

Os funcionários da Funai na região estão muito preocupados com a possibilidade de um conflito sério entre os índios e os brancos. Até o momento, foram abertos quase dois quilômetros de picada. O trabalho foi iniciado na área da fazenda do Prefeito José Sabóia Lima.

Roberto Da Matta

190 Para os Apinayé

Enquanto a vida corre tranquila e, às vezes, farta — todos nós eufóricos com a vitória do dr. Tancredo. Enquanto a sociedade se recupera da visão nua e crua do perfil de um presidente pouco afeito ao autoconhecimento. Um homem que usa o verbo certo — esqueçam-me, disse ele num momento inesquecível. E todo mundo sabe que esse verbo é brasileiríssimo e o esquecer de Figueiredo é amplo. Por via emocional ele fala de um apelo a uma espécie de amnésia geral, ampla e irrestrita. Amnésia que simbolicamente tem que ser menos dirigida a ele, como pessoa, mas a todas as forças históricas que, comandadas pelo estilo autoritário de governo, estiveram naquele lugar e fizeram o Brasil entrar num túnel estreito e escuro.

Mas, enquanto tudo isso acontece, há uma guerra em preparo no Brasil. Uma guerra terrível que, se for iniciada, cobrirá de vergonha a todos nós que estamos empenhados em criar neste país e nesta sociedade um espaço onde todas as diferenças possam ser discutidas de modo livre e com um mínimo de preconceito. Mas o fato é que, hoje, agora, neste minuto que eu escrevo, um conflito está acontecendo entre os habitantes de Tocantinópolis, Goiás, e os índios que o acaso da história sempre tortas relações entre índios e brancos neste país colocou em relação: os Apinayé.

Não preciso me aprofundar nos motivos da disputa prestes a virar guerra. É a velha e trágica história de sempre: os índios estavam lá, os brancos chegaram. Os brancos ocuparam a região e infestaram os índios com suas doenças, seu sistema arbitrário e autoritário de poder e os controlaram, liquidando suas aldeias e reduzindo seus espaços. Quase transformaram um povo alegre e saudável, uma sociedade com definitivas opções em termos de existência, poder político e sabedoria cultural, num punhado de gente maltrapilha, magra e doente que somente podia contar com seus costumes e crenças. Só não se tornaram errantes e desistiram de viver, porque não tinham esse hábito e confiavam demais no que estava impresso em suas tradições. Mas é realmente mais um milagre brasileiro a sobrevivência dos Apinayé como povo e como cultura. Milagre de tenacidade, de bravura e de fé na condição humana, condição que seus valores exprimem tão bem e de modo tão honrado quanto os nossos.

Mas, entre os primeiros contatos com o branco e a situação conflitiva de hoje, esses Apinayé foram errantes em tudo: na morte insólita por males desconhecidos; na aceitação do tratamento vil que os enxotava como animais da cidade; na ideologia local que sempre os classificou de animais porque, diz-se na área, comem de tudo e não têm família, religião ou vergonha. Estamos no século 16? É claro que não! Eu vi como é que a nossa magnífica "democracia racial" combinava de modo curioso em todas as áreas indígenas de contato, e no fundo da alma, o preconceito mais ferrenho e brutal com a mais doce crença na harmonia e na liberdade. Somos todos irmãos e filhos de Deus, falamos, mas é claro que isso depende da situação e de quem nela está implicado. Quando são índios, já sabemos, continuamos sempre naquela bela retórica que faz todas as Franças ficarem simplesmente bestificadas com as idéias do Brasil. Mas a mão esquerda não sabe ainda da direita e a cabeça ainda não se juntou ao coração. Foi nesta prisão que prendemos todos os índios e também a nós mesmos.

Fui aos Apinayé para realizar estudos dos seus costumes, mitos e ordem social. Voltei, depois de muitos anos de trabalho e de um relacionamento sempre marcado pelo respeito mútuo, onde — inclusive — minha família esteve abertamente implicada, tendo conhecido uma autêntica e comovedora generosidade. Vi, na prática, que os homens podiam realmente se compreender e que, mesmo com pouco, podiam dar de modo aberto e inesperado. Entendi que era possível caminhar entre homens de todo o planeta, nas suas diferentes sociedades, desde que cada qual fosse visto tal como deseja e como sua história o desenhou; dentro dos seus valores, costumes, tradições, crenças, ideologia.

FOLHA DE S.P. 4/2/85

Descobri, e isso também os Apinayé me ensinaram, que não havia sociedade perfeita nem sistemas ideológicos cientificamente acabados. Quando se trata de homens, eles eram como Sol e Lua da mitologia desses índios: estavam sempre se construindo, sempre se opondo complementarmente, sempre se recombinao no fogo das suas idéias e paixões. A lição que deram aos homens é que o segredo da vida em sociedade é controlar o sonho, tornar visível a utopia, pensar naquilo que é possível fazer, aprender que todos os homens são limitados, segurar a máquina do governo, revelar a humildade aos chefes, relativizar os mitos e as crenças; aceitar, enfim, que há um lugar para todos e tudo debaixo do sol e que não há nada mais sério do que um dia depois do outro. E ali estava, diziam-me, uma sociedade "primitiva"! Primitiva? Claro que não! Primitivo era o meu sistema que desde que se formou como "grande nação" destruiu e massacrrou seus índios, escravos e subordinados em geral. Brutal é esse sistema que combina — como tenho afirmado reiteradamente no meu trabalho — formalismo e retórica como uma prática às vezes tão cruel e divorciada dos seus ideais.

Mas agora é preciso saber objetivamente, o seguinte: como reunir as forças que detêm o poder em todos os níveis para resolver esse conflito? O momento é pleno de transição para todos: tanto para os Apinayé, quanto para os habitantes de Tocantinópolis. Tanto para o governo, para a Funai e para os órgãos diretamente responsáveis pela questão fundiária no Brasil; quanto para as oposições, tanto para o plano federal implicado no problema, quanto para o governo do Estado de Goiás. Se todos cruzarem os braços e se omitirem, teremos certamente um conflito que cobrirá de vergonha todo o Brasil e, sobretudo, o Estado de Goiás, num momento crítico em que se quer reconstruir e vestir este País com roupa nova.

Se conseguimos transitar do autoritarismo para a democracia que nasce, por que não conseguiremos desarmar os espíritos e as espingardas que, em Tocantinópolis, estão ameaçando um direito legítimo de uma pequena e sofrida humanidade que se chama Apinayé? Sei que os conflitos são grandes. Sei que a situação é complexa. Ninguém precisa ensinar o Padre Nosso ao vigário, posto que, na base deste processo, eu mesmo havia previsto tal conflito que poderia ter sido resolvido quando em 1970 fiz um detalhado relatório sobre as terras dos Apinayé para a FUNAI. Mas a responsabilidade da história pende para o nosso lado. Para quem tem mais poder e, conseqüentemente, a obrigação de compreender e resolver.

Quando escrevi um livro sobre esses Apinayé, dizia que tinha sido o último representante da sociedade que deles havia tudo roubado. Pensei que é o momento de "esquecer" esse passado trágico para começar a devolver alguma coisa. Estou seguro — já que não tenho a vocação de demagogo ou Deus — que não ofereci muito aos Apinayé. Mas é hora de dar o troco. Vão, portanto, essas linhas com o meu coração doído e a minha consciência espicaçada.

Roberto da Matta passará a escrever sempre na segunda-feira nesta coluna.

Índios ameaçam iniciar guerra amanhã

190
ARTHOLOMEU RODRIGUES
Enviado especial

As oito lideranças indígenas reunidas na aldeia São José, em Tocantinópolis, deram ontem um ultimato ao presidente da Funai, Nelson Marabuto: se até amanhã não chegar de Brasília uma posição oficial do governo favorável à demarcação das terras da tribo dos apinajés, guerreiros armados entrarão na mata para delimitar uma área de 148.600 hectares, expulsando os fazendeiros e posseiros, com os quais estão em estado de guerra.

Numa choupana construída em apenas um dia por índios de diversas tribos, as lideranças tomaram essa decisão após ouvirem do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) críticas pesadas aos órgãos federais responsáveis, na sua opinião, pelo prolongamento do conflito, que teve como primeira baixa, anteontem, um sargento da Polícia Militar destacado para dar segurança a um funcionário da Funai. O sargento, Gérson Edmar, foi ferido gravemente pelo vereador José Bonifácio Gomes, do PDS, um dos mais inflamados líderes políticos locais contra a demarcação pretendida pelos indígenas.

Durante mais de uma hora, os caciques, liderados por Raoni, da tribo txucarramãe, esperaram o desembarque do helicóptero, que, por medida de segurança, iria levar à aldeia o presidente da Funai e os representantes do Ministério para Assuntos Fundiários e Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), coronéis Sanches e Carneiro. Inquietos com a espera, os índios ameaçaram começar naquele momento a demarcação. "Estou impaciente", protestou Raoni quando o sertanista Cláudio Romero e o delegado da Funai Gilberto Azenha convenciam Juruna a fazer uma pressão pessoal no campo de pouso e advertiam para a necessidade da conversa dos índios com os representantes do governo.

Para irritar ainda mais os índios, os coronéis decidiram por conta própria dar início a um reconhecimento aéreo da região em conflito, retornando logo em seguida para Brasília, através da cidade de Imperatriz, no Maranhão. No meio da pista de pouso do helicóptero, Juruna, entre outras coisas, acusou o governo de "fazer índio de palhaço", não permitindo a intermediação do representante do Ministério do Interior, Renato Leone.

"São todos picaretas e cara-de-pau" — bradou Juruna, enquanto Marabuto, procurando minizar os acontecimentos, convidava Raoni a "dar uma volta" de helicóptero sobre a terra dos apinajés. "Vamos manter essa calma tão bonita que você tem" — disse, dirigindo-se a Raoni, que se mantinha atento a todas as palavras, com um gravador ligado.

O presidente da Funai teve dificuldades para impedir que naquele momento Raoni e seus guerreiros — todos pintados para guerra — entrassem na mata, dando início às picadas para demarcação dos limites da aldeia. Antes de entrar no helicóptero, Raoni ouviu Juruna afirmar mais uma vez que "os brancos estão enganando os índios, tomando as terras dos índios". E em seguida exigiu que as verdadeiras lideranças apinajés dessem também um voto de reconhecimento, sem o qual seria impossível para o presidente da Funai saber onde estão localizadas as fronteiras naturais que separam índios de grandes proprietários locais. Isso reteve Marabuto mais tempo do que o previsto, obrigando também o reabastecimento improvisado do helicóptero em plena Transamazônica, onde o esperava um carro com combustível.

Somente às 15 horas, o avião da Funai decolou, levando Marabuto e o representante do Minter, que, ainda hoje, deverão reunir-se com membros do Conselho de Segurança Nacional para definição da demarcação da aldeia. Entre os sertanistas, há uma opinião de que o atual governo fará tudo para deixar a decisão final com Tancredo Neves, mas os índios, como o cacique Francisco, dos apinajés, dizem que não podem esperar tanto tempo. "Nem mais uma semana."

Intranquilo também está o comando de 120 homens da Polícia Militar de Goiás acampado em barracas no trecho da Transamazônica que dá acesso à aldeia São José. Os militares não se conformam com o ferimento do sargento Gérson Edmar, baleado pelo vereador pedessista, na noite de ontem. O tenente Miranda — responsável pelo comando — teve de impor uma disciplina mais rígida para impedir uma caça ao vereador José Bonifácio.

Ex-policia federal, Bonifácio, juntamente com o vereador Agostinho Rodrigues, do PMDB — os testas-de-ferro de uma campanha anti-Funai —, foram surpreendidos em dezembro, quando armavam 20 jagunços contratados para lutar contra os indígenas. Um verdadeiro arsenal de guerra foi apreendido pelo tenente, que, na época, fez um relatório endereçado ao secretário da Segurança Pública de Goiás, José Freire, sobre a gravidade dos acontecimentos. Em poder de Bonifácio foi encontrada uma escopeta — arma proibida por lei — logo devolvida pelo delegado Lima, em Tocantinópolis.

Desde então, os vereadores se distanciaram do comando da polícia prossequindo, no entanto, com a campanha, que, segundo o presidente da Câmara dos Vereadores da cidade, Evandro Guimarães, conta com total apoio do secretário da Segurança e, conseqüentemente, do delegado local.



Fotos Sérgio Borges — Telefoto Estado

Marabuto: conversando com o cacique Raoni e o deputado Mário Juruna para tentar uma solução para o impasse

Exército espera decisão para demarcar a área

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Depois de ter-se preparado, juntamente com a equipe técnico-militar encarregada da demarcação da reserva dos índios apinajés, ao norte do Estado de Goiás, o diretor do Serviço Geográfico do Exército, general Aristides Barreto, deixou Manaus com destino a Brasília sem acertar algum com a Funai.

"Ainda existe dúvida quanto à área a ser demarcada, e como o Exército só atua como órgão técnico estamos aguardando a definição do grupo interministerial a fim de nos deslocarmos para aquela região", comentou o general Aristides Barreto. Se a área da reserva dos apinajés for fixada hoje, durante reunião entre membros da Funai, Getat e Ministério para Assuntos Fundiários, a equipe militar da 4ª Divisão de Levantamento, com sede em Manaus e chefiada pelo coronel Herlani Ismael Varela, viajará hoje mesmo para a região de Tocantinópolis.

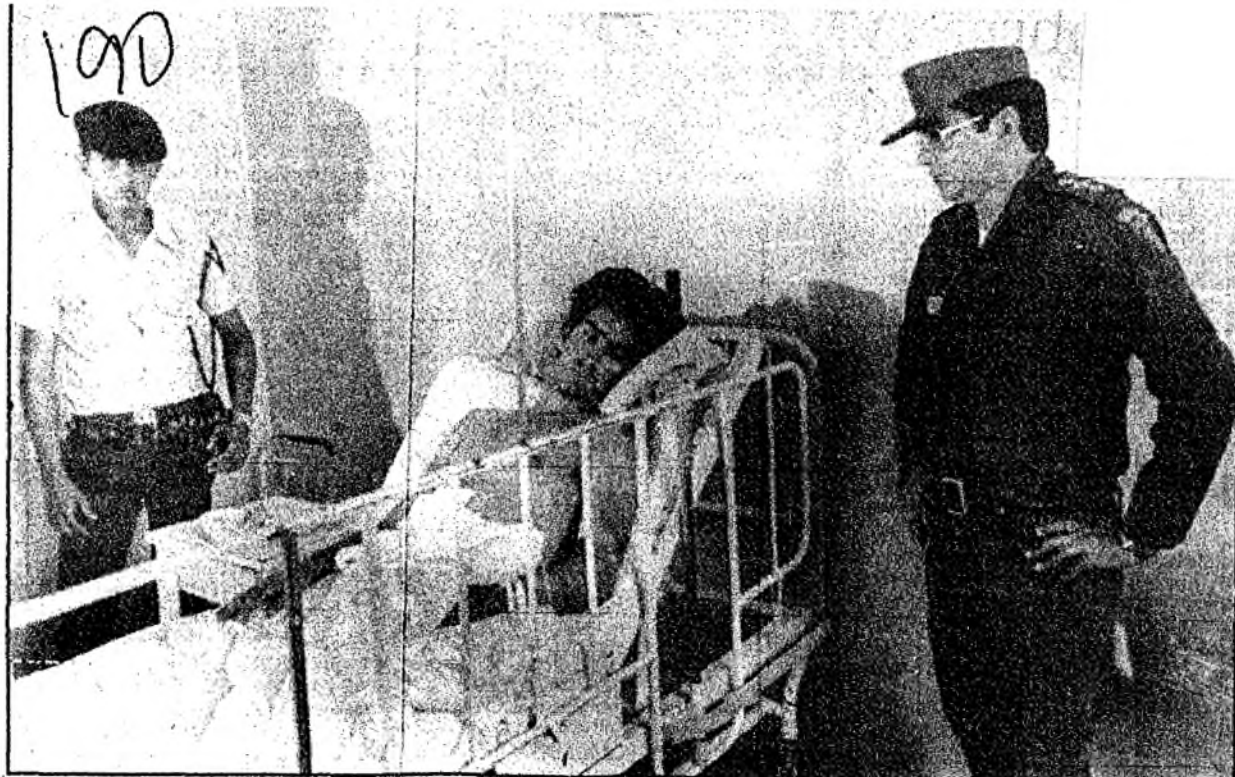
Para o diretor do Serviço Geográfico do Exército, não interessa que a reserva fique com os 148 mil e 600, 112 ou 88 mil hectares. "O que eu

preciso é só do documento dizendo qual a área que devo demarcar" — concluiu o general Aristides Barreto.

BANCO MUNDIAL

A Associação Brasileira de Antropologia vai pedir ao Banco Mundial para continuar mantendo a exigência da demarcação de todas as áreas indígenas localizadas na área de influência do projeto Carajás, onde vivem os apinajés, como condição para continuar liberando recursos para o projeto. O contato com o banco será feito pela Cultura Survival, dos Estados Unidos, entidade internacional que cuida das questões envolvendo povos indígenas de todo o mundo.

O presidente da Associação, Roberto Cardoso de Oliveira, alertou o ministro Danilo Venturini em janeiro para a possibilidade de um choque armado na região, e a direção da ABA observa que a área já poderia estar demarcada, pois não faltam recursos para o trabalho principalmente em virtude da cooperação do Banco Mundial. O adiamento constante de uma decisão acabou gerando conflito com morte no domingo, e a ABA solicita o imediato atendimento da reivindicação da Funai.



O soldado Gerson, ferido à bala pelo Vereador José Bonifácio, reage bem à operação, mas ainda não está fora de perigo

Trégua acaba e índios armados vão iniciar hoje a demarcação

JOÃO BOSCO
Enviado Especial

TOCANTINÓPOLIS, GO — Os índios das oito tribos que esperaram até às 15h de ontem por uma decisão final do Governo, sobre a demarcação da reserva dos apinajés, no Norte de Goiás, decidiram: a trégua acabou. Hoje, eles vão sair da aldeia às 7h, armados, para demarcar as terras por conta própria. Eles vão abrir picadas nas matas, que atravessam grandes fazendas e terrenos de posseiros, certos de que não haverá reação da PM.

— Vamos descer com bordunas, espingardas e flechas, e quem atravessar no caminho a gente mata. Índio não tem medo de matar e nem de morrer. Já "tô" doente de esperar — desabafou o Cacique Raoni, o chefe txucarramãe que lidera as oito tribos.

A Polícia Militar não vai intervir, segundo os índios, porque seus 120 soldados enviados à região estão revoltados com o outro lado, desde que o Vereador José Bonifácio (PDS) deu um tiro no soldado Gerson Edmar, que está hospitalizado e corre risco de vida.

Mais 60 índios xerentes chegaram ontem à aldeia e hoje são esperados 60 kraos. Na aldeia já estão outros guerreiros dessas duas tribos e, ainda txucarramães, guaranis, xavantes, krenakarores e canelas, além dos apinajés. Todos armados.

— Se o Presidente da Funai ainda vier aqui, vai ter que abrir picadas junto com a gente — disse o Cacique Francisco, dos apinajés.

Os antropólogos Cláudio Romero e Gilberto Azenha admitiram ontem que já não têm condições de evitar a demarcação e a possível queima das casas de posseiros que, em sua maioria, estão abando-

nadas. Depois de ouvirem pelo rádio que a decisão ficou para hoje, Romero e Azenha disseram que não têm mais argumentos para convencer os índios a adiarem a luta. Em Brasília, Nelson Marabuto recebeu informações de que os índios também pretendem bloquear a Transamazônica.

— O Getat (Grupo Executivo de Terras

ra, que sempre trabalhou pelo assentamento dos posseiros, e da Pastoral Indigenista.

O Delegado Sebastião Lima também acha que a PM não vai intervir num confronto, ao admitir que o crime praticado pelo vereador foi "a desmoralização da causa deles".

“Todos foram omissos. Agora, que cada um assuma sua parcela na provável matança”

CLÁUDIO ROMERO, antropólogo

do Araguaia-Tocantins) foi omissos, todos foram omissos e irresponsáveis. Agora, que cada parte assuma sua parcela de culpa na provável matança que vai haver aqui — disse Cláudio Romero.

E a mesma opinião do Bispo de Tocantinópolis, Dom Aloísio Hilário de Pinho, para quem a demarcação das terras indígenas não pode mais ser adiada, "sob pena de um massacre" na região. Ele entende que mesmo a demarcação de uma área menor (os apinajés reivindicaram 148 mil hectares) poderia evitar o confronto, pois o Exército poderia fazer cumprir "o que a lei determina".

Dom Aloísio está em situação difícil. É hostilizado pelos fazendeiros, vereadores e comerciantes da cidade, e acusado de "neutro demais" pelos índios, segundo Gilberto Azenha.

— Tenho um conflito — explicou o Bispo — diante das posições da Pastoral da Ter-

ra, que todos afirmam ter sido o alvo do vereador do PDS, também depôs. Acusou José Bonifácio de ter provocado o incidente e atirado à queimadura no soldado, que abastecia uma camionete.

O advogado do vereador, Renato Jacomo, disse que seu cliente não deverá se apresentar nas próximas semanas, pois não pretende expô-lo.

O soldado Gerson continua no hospital local, pois os médicos impediram sua remoção no avião da Funai. Ele reagiu bem à operação, mas dormiu mal nas duas últimas noites, com febre intensa e o perigo de morte ainda não foi afastado.

O Secretário de Segurança de Goiás, José Freire, que é chamado de omissos pelo Bispo e bem visto pelos vereadores, cancelou a visita que faria amanhã à cidade.

Na cidade, as escolas estão fechadas e as crianças têm ordens para não ir às ruas.

Andreazza e Venturini decidem caso apinajé

BRASÍLIA — Os Ministros do Interior, Mário Andreazza, e de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, reúnem-se hoje para discutir a demarcação das terras dos apinajés. A decisão do grupo interministerial, transferindo para os Ministros a solução sobre o assunto, foi comunicada por telefone a Andreazza, que estava em São Paulo, tratando-se com o ex-médico do Presidente Figueiredo, Harno Nishimura.

A assessoria do Ministério do Interior não soube informar onde será a reunião entre Andreazza e Venturini, apenas previu que se realizará na manhã de hoje, devido à gravidade da situação no Norte de Goiás. Somente hoje, o Ministro do Interior deverá ter em mãos o relatório do grupo interministerial — formado pela Funai, Ministério do Interior, Getat e Conselho de Segurança Nacional —, que não conseguiu definir se os índios apinajés ficarão com os 148 mil hectares que reivindicam, ou com os 85 mil propostos pelos fazendeiros e comerciantes de Tocantinópolis.

A decisão final caberá aos Ministros porque a Funai e o Getat não superaram suas divergências sobre o tamanho da área, na reunião de ontem do grupo interministerial.

Os Ministros vão apreciar as duas propostas: a da Funai, apoiando a reivindicação dos índios por 148 mil hectares; e a do Getat, concedendo 103 mil para os apinajés, com a exigência de que a estrada Transamazônica não atravesse a reserva.

Contrariado — o prazo dado pelos índios para uma solução expirou ontem —, o Presidente da Funai, Nelson Marabuto afirmou que não pode aceitar a argumentação do Getat e do Conselho de Segurança Nacional, pois diversas reservas indígenas são atravessadas por estradas federais e o Governo nunca se opôs a isso. Ele citou como exemplos a BR-70 (Transamazônica, na Ilha do Bananal) e a BR-80, que corta o Parque do Xingu.

— A Funai não aceita que os índios fiquem apenas na margem Oeste da Transamazônica, retirando do território a aldeia de Cocalinho. O Getat e o Ministério

de Assuntos Fundiários não estão aceitando esta aldeia como área indígena, mas quem pode dizer se uma área é indígena, ou não, é a Funai — disse Marabuto, acrescentando que a ida do grupo à área indígena, antontem, "não resultou em nada".

Ele acusou o Getat de ter comparecido à reunião com uma margem de negociações "muito pequena" e disse não entender a razão da resistência do Getat e do Meaf, já que a Funai possui 400 mil dólares (Cr\$ 1,6 bilhão) para indenizar os posseiros que vivem na área. Marabuto está confiante de que o Ministro Mário Andreazza, com quem teve contato ontem, apoiará a Funai.

Marabuto responsabilizou o Secretário de Segurança de Goiás, José Freire, por qualquer conflito que venha a ocorrer. Segundo ele, a arma do Vereador José Bonifácio Gomes, que baleou o PM no fim de semana, havia sido apreendida em dezembro, quando o político liderava uma emboscada contra os índios, mas foi-lhe devolvida por ordem do Secretário de Segurança.

Nota repudia declarações de Júlio Campos

CUIABÁ — O Centro de Documentação Terra e Índio, a Operação Anchieta, a Comissão Pró-Índio, a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário e a Associação de Solidariedade às Comunidades Carentes de Mato Grosso divulgaram nota de repúdio ao discurso do Governador Júlio Campos na Associação de Empresários de Presidente Prudente (SP), no dia 30. Júlio Campos "declarou guerra" aos índios e à Funai e acusou o Ministro do Interior, Mário Andreazza, de "vender uma falsa imagem de liberal".

"O discurso do senhor Governador para a platéia de empresários paulistas é um cuspe na cara das comunidades indígenas de Mato Grosso. É um desrespeito a todos nós. Não teve consideração sequer com seu mais recente companheiro de PDS, o ex-cacique xavante de Sangradouro Augusto Werekite", dizem as entidades.

A nota destaca a informação de Júlio Campos de que dez por cento das terras do Estado estão nas mãos dos índios, respondendo que, segundo dados do IBGE, 44,5 por cento das terras do Estado pertencem a empresários de fora, "o que é mais preocupante". As entidades ressaltam ainda que há 150 conflitos fundiários no Estado e mais de 200 mil trabalhadores sem terra no campo e sem empregos nas cidades.

Os signatários reclamam também da destinação de 1,2 milhão de hectares para criação degado em plena selva amazônica — "privilegiando dois grandes grupos nacionais e cinco estrangeiros" — que desaloja de suas terras "brasileiros autênticos e que há séculos vivem nelas".

Além deste documento, nove comunidades indígenas de Mato Grosso, uma do Acre e uma de Mato Grosso do Sul também redigiram uma nota repudiando o tratamento dispensado pelo Governador aos índios.

0 610130 - 27 06.2.85

Brasília Felício

BRANCOS X APINAJÉ

Nos caminhos do conflito, a luta pela terra

"O Brasil poderá mais uma vez ser objeto de escândalo nas manchetes dos grandes jornais de todo o mundo, caso se configure o genocídio contra os índios Apinajé", disse em Goiânia, em entrevista à TV Anhanguera, o antropólogo Roberto da Matta, um dos maiores estudiosos brasileiros da cultura Apinajé. O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que se encontra em Goiânia, participando de um seminário promovido pela UFG, revelou sua preocupação: "mais um banho de sangue contra os índios recoloca o Brasil numa situação deprimente, frente à imprensa internacional e aos organismos de defesa dos direitos humanos, em todo o mundo." A tensão existente na região de Tocantinópolis, a disposição de fazendeiros e posseiros de não admitir a continuidade da demarcação da terra, iniciada pelos indígenas, e a firmeza com que estes insistem nos 148.600 hectares para sua reserva, fazem prever que um conflito será inevitável, caso a Funai, juntamente com o Getat e o Ministério para Assuntos Fundiários, continuem a protelar a solução para o impasse.

O clima reinante em Tocantinópolis é de hostilidade aberta em relação aos índios, situação agravada esta com o estímulo à violência por parte de algumas autoridades. Já ocorreram perseguições a índios, na mata, foram desferidos tiros, até que, na última semana, o vereador José Bonifácio, um dos que mais abertamente estimulam a luta armada contra os índios, acabou acertando um tiro de escopeta (arma privativa de forças militares oficiais) na barriga do sargento P.M. Gerson Edmar Leite, de 22 anos. Jornalistas que acompanham de perto os acontecimentos em Tocantinópolis, a exemplo da da repórter Conceição Freitas, de O POPULAR, acreditam que uma demora na solução para o litígio entre brancos e índios poderá redundar num massacre dos primeiros contra os últimos.

Enquanto se desenrolam as negociações no Norte goiano, a imprensa acompanha de perto os acontecimentos, o mesmo acontecendo com os antropólogos e outros segmentos da sociedade. O antropólogo Roberto da Matta, que já escreveu um livro sobre os Apinajé, escreveu um artigo, publicado pela FOLHA DE SÃO PAULO, no último dia 4. No texto, Roberto da Matta lembra o clima de euforia que se seguiu à vitória de Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, contrapondo essa recuperação da esperança à iminência de uma guerra, que se encontra em preparo, no Brasil: "Uma guerra terrível, que se for iniciada, cobrirá de vergonha a todos nós que estamos empenhados em criar neste país e nesta sociedade um espaço onde todas as diferenças possam ser discutidas de um modo livre e sem preconceitos. Não preciso me aprofundar nos motivos da disputa prestes a virar guerra. É a velha e trágica história de sempre: os índios estavam lá e os brancos chegaram. Os brancos ocuparam a região e infestaram os índios com suas doenças, seu sistema arbitrário e autoritário de poder e os contraíram, liquidando suas aldeias e reduzindo seus espaços. Quase transformaram um povo alegre e saudável, uma sociedade com definitivas opções em termos de existência, poder político e sabedoria cultural, num punhado de gente maltrapilha, magra e doente que se sente podre contar com seus costumes e crenças. Só não se tomaram errantes e desistiram de viver, porque não tinham esse hábito impresso em suas tradições. Mas é realmente mais um milagre brasileiro a sobrevivência dos Apinajé como povo e como cultura."

Para Roberto da Matta, entre os primeiros contatos com os brancos e a situação conflituosa de hoje, esses Apinajés foram errantes em tudo: "na morte insólita por males desconhecidos; na aceitação do tratamento vil que os enxotava como animais da cidade; na ideologia local que sempre os classificou de animais porque, na área, comem de tudo e não têm família, religião ou vergonha. Estamos no século 18? É claro que não!", enfatiza Roberto da Matta, par quem é preciso saber agora, objetivamente, o seguinte: como reunir as forças que detêm o poder em todos os níveis para resolver esse conflito? Se todos cruzarem os braços e se omitirem, teremos certamente um conflito que cobrirá de vergonha todo o Brasil e, sobretudo, o Estado de Goiás, num momento crítico em que se quer reconstruir e vestir esse país com roupa nova. Se conseguirmos transitar do autoritarismo para a democracia que nasce, por que não conseguiremos desarmar os espíritos e as esperanças que, em Tocantinópolis, estão ameaçando um direito legítimo de uma pequena e sofrida comunidade que se chama Apinajé?"

O desarmamento dos espíritos, defendido pelo antropólogo, parece não estar nos planos de autoridades, pois não faz muito armas apreendidas aos fazendeiros e posseiros foram a eles devolvidas, como numa espécie de estímulo ao seu uso. Um cunha Kraó disse que acabou a paciência dos índios, que deram mais um prazo aos órgãos federais como a Funai e o Getat, para a definição da área que caberá aos Apinajé. O Getat defende a tese de que somente 85 mil hectares devem ser delimitados para essa nação indígena, enquanto a Funai quer 148 mil hectares com possibilidade de diminuição para 130 mil hectares, ideia aceita pelos próprios índios, mas não partilhada pelo Secretário de Segurança de Goiás, Deputado José Freire, para quem 85 mil hectares serão suficientes. O ex-Prefeito de Tocantinópolis, Ribamar Marinho, considera que "tanto a população branca quanto a indígena estão sendo prejudicadas pelos interesses da multinacional Vale do Rio Doce".

Quem está muito chocado com o que está ocorrendo no extremo Norte goiano é o sertanista Acary Passos, uma das pessoas que têm maior vivência com índios, em nosso Estado. Ele disse que está profundamente triste com a situação, constatando que nem a sua atividade como sertanista, nem a de seus colegas, conseguiu inocular na sociedade o respeito à vida e à cultura indígenas: "perdi uma vista, e 30% da outra, em virtude de minhas andanças como sertanista, e vejo hoje que de nada valeu todo o esforço que fizemos".

Acary Passos conhece bem os índios Apinajé, com quem esteve em duas de suas aldeias, as de São José e Mariázinha: "Eles têm boa índole, são muito trabalhadores e não são agressivos nem arredios à "civilização". Vivem do artesanato, sua agricultura é incipiente, alimentam-se mais da caça e da coleta de frutos silvestres e de castanha de babaçu". O sertanista defende uma área maior para os Apinajé, pelo fato de que "as máquinas agrícolas afugentaram a caça para muito longe, e assim os índios têm que se alimentar mais como coletores de castanhas. Ora, isso exige uma área extensa, sob pena de os indígenas não terem como se alimentar". Além do mais, diz Acary — dizem que 148 mil hectares é muita terra para apenas 600 índios, e não dizem que cartos latifundiários, de milhares de alqueires, são grande demais para apenas uma família. Acary Passos lembra ainda que o próprio município de Tocantinópolis foi todo ele uma área indígena, daí não se justificar a alegação do Prefeito desta cidade, segundo o qual "600 índios não podem ficar com quase um terço das terras de Tocantinópolis".

Para o professor Mário Arruda, do Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Católica de Goiás, uma das acusações, mais comumente assacadas contra os indígenas em geral é a de que estes matam e comem animais como galinhas, gado e cavalos. Ora, essa é uma prática de resistência adotada pelos índios, uma forma de sobrevivência — afinal, esses animais só são abatidos quando se encontram em território indígena. Nós, ocidentais e brancos, temos



Fazendeiros armados preparam-se para o que pode ser um massacre que irá, mais uma vez, manchar de sangue a História do Brasil



Para os professores Mário Arruda e Hélio Garcia Duarte, as autoridades federais terão que arcar com a responsabilidade, se estourar um conflito entre brancos e índios em Tocantinópolis



Um clima de tensão e predisposição para a violência sugere um imediato trabalho de desarmamento dos espíritos, em Tocantinópolis



Em clima de tensão, os indígenas reunidos na aldeia dos Apinajé aguardam a decisão do Governo Federal, que irá delimitar os limites de suas terras



Este gesto de abraço é o que mais se espera dos brancos e indígenas da região de Tocantinópolis

muito zelo com os temas relacionados com a propriedade, mas nunca consideramos as áreas indígenas como sendo de propriedade dos índios."

Acary Passos lembra a participação do cacique Raoni no conflito de Tocantinópolis, e a considera potencialmente perigosa, pelo fato de Raoni ser muito explosivo: Há também outro detalhe, as condições em que Raoni ganhou a briga com a Funai, em sua região, são muito diferentes; a área dos Tchucarramaé é isolada, tem poucos fazendeiros, ao passo que Tocantinópolis é uma região densamente habitada, cuja população foi estimulada a apelar para a violência. Ora, sabemos que num conflito entre brancos e índios, os últimos sairiam perdendo de longe, pois são fracamente armados e são muito reduzidos em número". O professor Mário Arruda diz estranhar o comportamento de autoridades que incentivam a violência, ao invés de zelar pela segurança na área, e diz que se estourar um conflito na região os governos estadual e federal serão os responsáveis, opinião que é partilhada também pelo professor Hélio Garcia Duarte, diretor do Departamento de Pré-História da UCG: "A transamazônica cor-

tou inutilmente o território dos Apinajé, valorizando as terras marginais à estrada e incentivando a sua ocupação. Ele diz ainda que Tocantinópolis, território indígena, foi ocupada a ferro e a fogo pelos brancos, para a constituição do município, e que agora os Apinajé chegaram ao limite da tolerância e da capacidade de suportar novas invasões de sua área: é uma pura questão de sobrevivência".

O professor Acary diz que grande parte da responsabilidade por este conflito de Tocantinópolis deve ser creditado aos órgãos federais, principalmente à Funai, "que não aplicou na prática o estatuto do índio, que previa a demarcação de suas terras em um prazo de cinco anos. Decorrido este prazo, os fazendeiros foram aumentando suas áreas, invadindo terras indígenas, sem que nenhuma providência fosse tomada para reprimir isso". O professor Mário Arruda se recusa a acreditar que a História do Brasil será novamente manchada com um genocídio de brancos contra índios". "Sinto uma tristeza imensa ao constatar que, depois de 40 anos de luta com e ao lado dos índios, eu estou na iminência de assistir a um novo massacre", lamenta o sertanista Acary Passos.



O cacique Raoni, falando à reportagem de O POPULAR: "Não viemos aqui para brigar. Queremos é demarcar as terras dos Apinajé, que estão sofrendo muito"

Antes do massacre, a fala dos Apinajé

Um livro do poeta Afonso Romano Sampaio, intitulado "A grande fala do índio Tupi-Guarani", aborda a questão do massacre de que têm sido vítimas as populações indígenas do Brasil, desde o descobrimento do nosso País. Efectivamente, ao longo da história, eles têm sido ouvidos, seja por que não votam, seja por que não têm terras registradas em cartório, ou então só são ouvidos através de cientistas que estudam sua cultura, os antropólogos.

Neste conflito entre brancos e índios, em Tocantinópolis, os ânimos exaltados impedem que se possa fazer uma reflexão mais acurada sobre quem tem ou não razão. Os fazendeiros e posseiros acham-se no direito de ficar em suas terras, ao passo que os Apinajé lutam uma área inferior a 148.600 hectares insuficiente para sua sobrevivência como povo. A repórter Conceição Freitas, que está cobrindo os acontecimentos em Tocantinópolis, está ouvindo todos os lados e pessoas envolvidas no conflito.

Conceição Freitas, cumprindo seu dever de jornalista, registra o que acontece na região, procurando conservar a isenção que o dever profissional lhe inspira, e assim fazendo, ouviu as duas partes envolvidas no conflito. Pelo fato de que raramente a fala de nossos índios é ouvida — fora dos limites de sua aldeia — é oportuno destacar o que disseram os caciques de diversas nações indígenas, que foram à Aldeia dos Apinajé, auxiliá-los nos trabalhos de demarcação de suas terras. Vejamos o que têm a dizer os índios das tribos Kraó, Xavante, Canela, Caiapó, Txucarramaé.

Fala de uma índia Apinajé, quase sexagenária, que falou nervosa, acenando com a borduna: "O branco tá apereando, cada vez mais piorando, e não tem ninguém para chorar por nós. Os brancos estão tomando conta do Brasil, para acabar com os índios. Eu tou caduca, na hora de morrer, e só quero ficar aqui, na nossa terra. Eu vou contar isso pra você, pra você contar ali na cidade, pra todo mundo saber".

Fala de Raoni, cacique dos Txucar-

ramá. "Estamos aqui reunidos para dar aos nossos irmãos a demarcação das terras. A picada que nós começamos nós não vamos parar. O problema do índio não é brigar com fazendeiro, viemos aqui para demarcação da terra dos Apinajé, que estão sofrendo há muito tempo. O pessoal pensa que a gente está se preparando para atacar a cidade, mas é mentira isso. Estamos aqui no nosso trabalho, defendendo nosso direito".

Um líder dos Xerente, presente à reunião, disse: "Não queremos derramar sangue. A minha posição aqui não é de guerra. Queremos viver em paz, com a nossa terra. Estamos aqui fazendo a picada para o branco respeitar a terra do índio e o índio respeitar a terra do branco. O índio é que foi criado na terra, ele é o filho da terra que tá recebendo o nome de Brasil".

Outra pessoa ouvida pela Conceição Freitas foi Dom Aloisio Hilário de Pinho, bispo da Diocese de Tocantinópolis. Ele diz que "a Igreja está conversando com o Prefeito, e falando sobre a inutilidade e o grande perigo de se convocar a população para levantamentos armados, fazendo a mesma coisa em relação aos índios. O que nós queremos é que a demarcação seja feita respeitando os direitos daqueles que se dizem donos da terra e o direito dos índios, a quem há muito tempo foi prometida a demarcação. O que desejamos é que se faça justiça".

"O que é para o senhor a justiça, nesse caso?", indagou a repórter de O POPULAR, encontrando em Dom Aloisio a seguinte resposta: "Existe aí uma espécie de conflito de direitos. De um lado é preciso reconhecer o direito secular dos índios não só nessa área de Tocantinópolis, como também em outras áreas. Existem também muitos posseiros, já nem digamos os fazendeiros, que também têm direito à terra. Então, a gente entra num conflito: de um lado, a pastoral da terra, e de outro, a pastoral dos índios. Uma vez reconhecidos esses direitos, fica afastada a necessidade de um conflito entre os índios e a população, pois isso não vai resolver nada".

Índios abrem picadas com a proteção da polícia

JOÃO BOSCO
Enviado Especial

TOCANTINÓPOLIS, GO — Cerca de 100 índios de diferentes tribos guerreiras voltaram a abrir, ontem de manhã, picadas nas terras reivindicadas pelos apinajés, iniciando a demarcação de 148 mil hectares sob forte proteção policial, o que impediu a reação dos fazendeiros instalados na área. No entanto, esses fazendeiros reuniram-se na casa do Presidente da Câmara dos Vereadores, Evandro Guimarães (PDS), que conseguiu adiar para hoje o envio de 60 homens armados para o confronto com os índios.

O Cacique Raoni conseguiu desimpedir a rodovia Transamazônica, mas já não controla os índios. A picada iniciada ontem é uma "linha seca" (porque não atravessa nenhum ribeirão) e tem 16 quilômetros, terminando na Aldeia de Marianinha, também de apinajés, mas não envolvida no conflito. Os índios calculam que a picada estará concluída em oito dias.

A Polícia Militar, com reforços e agora sob o comando do Coronel Renato, cercou a área e não permitiu a passagem de nenhum automóvel ou caminhão, além de providenciar

uma operação de desarmamento que não foi estendida aos índios. Até as crianças indígenas são vistas com rifles. Isso irritou os "brancos" e o clima de tensão atingiu o seu auge quando um motorista da Prefeitura, com um caminhão de lixo, rompeu a barreira policial quando era revistado. Segundo testemunhas, os policiais atiraram. No mesmo momento, na cidade, os fazendeiros cobravam dos Vereadores Agostinho Rodrigues e Evandro Guimarães, autorização para enfrentarem os índios.

Esse confronto poderá acontecer hoje, porque o argumento que desmobilizou os fazendeiros foi o anúncio da chegada do Secretário de Se-

Carolina, por causa de um defeito no avião que o trazia de Brasília.

Ambos prometeram chegar amanhã e, com isso, trava-se outra batalha: Freire e Marabuto estarão em quartéis-generais opostos, tentando impedir o confronto armado. O primeiro ficará hospedado na cidade, com os brancos; o segundo na aldeia, com os índios, segundo aviso que transmitiu pelo rádio a Cláudio Romero.

Agora, quem estão dando prazo ao Governo federal são os brancos, que se encontram dispostos a entrar em ação hoje. Os Vereadores Evandro Guimarães e Agostinho Rodrigues afirmaram que não têm mais controle da situação e que o adiamento da decisão, por parte do Governo federal, acirra os ânimos. Evandro Guimarães revelou que só tem duas saídas: ir embora ou reagir.

— Os fazendeiros estão até dispostos a ignorar a PM e reagir. Eles conhecem caminhos e trilhas que os policiais jamais acharão — disse o Vereador Evandro Guimarães.

Os dois Vereadores e o Bispo de Tocantinópolis, Dom Aloísio de Pinho, defendem a demarcação imediata das terras e a presença do Exército na área para fazer com que as duas partes respeitem a decisão final. Mas, os fazendeiros entendem que o Prefeito José Sabóia tem poder para formar "milícias brancas" para enfrentar os índios, sob o argumento de que o município corre risco. A Funai rebate e diz que o Prefeito pode apenas pedir reforço federal.

“ Os fazendeiros estão dispostos a reagir. Eles conhecem trilhas que a PM jamais achará ”

EVANDRO GUIMARÃES, Vereador em Tocantinópolis

gurança de Goiás, José Freire, que defende a mesma proposta que eles: entregar apenas 85 mil hectares para os apinajés. Freire cancelou a visita. Do outro lado, a frustração dos índios, da Polícia Militar e dos antropólogos da Funai, não foi menor: o Presidente da Funai, Nelson Marabuto, ficou retido no aeroporto de



Os apinajés e seus aliados abrem picadas, iniciando a demarcação das terras que consideram suas

Governo vai oferecer aos apinajés 130 mil hectares. Funai concorda

BRASÍLIA — O Governo federal deverá definir uma área de 130 mil hectares para os índios apinajés, através de decreto a ser assinado pelo Presidente João Figueiredo na próxima terça-feira. A informação é de um dos assessores diretos do Presidente da Funai, Nelson Marabuto, que viajou ontem para a área a pedido do Ministro do Interior, Mário Andreazza.

O assessor informou que Marabuto viajou satisfeito, ontem pela manhã, após um telefonema do Ministro, que lhe deu a notícia sobre a assinatura do decreto. Embora a reivindicação dos índios, encampada pela Funai, seja de 148 mil hectares

os assessores consideraram a concessão dos 130 mil hectares uma vitória. Este número, inclusive, chegou a ser proposto pela Funai durante as negociações do grupo interministerial que delibera sobre a demarcação de áreas indígenas.

Nelson Marabuto deverá permanecer na área durante o próximo final de semana, a fim de conter os ânimos dos índios revoltados com a perspectiva de solução no início da semana. Os assessores consideram possível esta missão, acrescentando que Marabuto poderá permanecer na região para presenciar a "festa" dos índios, quando o decreto for assinado.

reiniziam picadas mas hoje podem recuar



Índios deixam rodovia, tiram pintura de guerra, apanham foice e machado e abrem as picadas

Tocantinópolis (dos enviados especiais Concelção Freitas - texto - e Yosikazu Maeda - fotos) — O que os índios vinham prometendo desde o dia 24 último, quando decidiram esperar uma decisão do Governo, aconteceu. Já não mais caracterizados para a guerra, mas vestindo calções, camisetas, tênis ou sandálias de borracha, eles reiniciaram as picadas ontem cedo a 5 quilômetros da cidade, demarcando uma das poucas linhas secas que delimitam a reserva pretendida pelos Apinajé.

O temor de que houvesse uma reação violenta por parte da população branca não aconteceu, pelo menos até o final da tarde.

A PM acompanha de longe as picadas, fixando grupos em locais estratégicos para evitar que haja um confronto entre brancos e índios. Ontem o comandante do Policiamento do Interior, cel. Benvindo, comandou um desses grupos, instalado à margem da rodovia GO-291 que dá acesso à Transamazônica, que foi desbloqueada ontem cedo. A orientação da PM é não permitir que os brancos entrem na área ar-

mados e em turmas. São 62 policiais militares distribuídos nas mais diferentes tarefas do acampamento montado em Tocantinópolis.

Os índios reiniciaram as picadas pelo limite mais próximo da cidade. A linha demarcatória vai de um local denominado Pau Seco até a placa da Funai e de lá até o Ribeirão Grande. Após a demarcação da área, feita apenas com o conhecimento que eles têm da região, os índios passarão a expulsar todos os civilizados que moram dentro da área por eles pretendida. Essa informação foi prestada pelo assessor da presidência da Funai, Cláudio Romero, que disse ter sido essa uma decisão tomada em assembléia dos índios anteontem à noite.

Para ir às picadas, eles se dividem em dois grupos, divisão esta feita de acordo com a compreensão que cada nação tem da língua falada por seus parentes. Assim, Xerente e Xavante formam um grupo e Kraó, Apinajé e Kanela formam outro. São estas as nações com maior número de guerreiros presentes à Aldeia São José.

Bloqueio resultou em nada

Por volta das 14 horas os índios paralisaram as picadas devendo retornar hoje. Tudo depende do resultado de uma assembléia de ontem à noite onde eles avaliariam o que foi feito durante o dia. Mas é provável que o presidente da Funai, Nelson Marabuto, consiga convencê-los do contrário. Ele estava sendo esperado na aldeia no final da tarde, mas seu voo foi interrompido numa das escalas.

Desbloquear a Transamazônica foi uma decisão tomada após uma dessas assembléias. Os índios verificaram que o tráfego na rodovia é mínimo e o bloqueio não trouxe resultado. De qualquer forma, serviu para uma demonstração de força.

Os brancos também pensam nisto. Ontem eles mantiveram uma discreta

reunião para ver que atitude tomar diante do reinício das picadas, mas qualquer decisão só sairá com o aval do Secretário da Segurança Pública, José Freire, que é esperado aqui hoje pela manhã.

É quase certo que os ânimos se alterarão e muito, caso seja colocada em prática uma hipótese que vem sendo discutida a nível de poder judiciário e polícia civil e militar, para o desarmamento de índios e brancos. A idéia partiu de uma ação cautelar impetrada pela Funai, solicitando a verificação de porte de arma daqueles que a estão usando. O juiz de Tocantinópolis, Luiz Mauro, não está na cidade e por isso não se sabe ainda qual a decisão tomada diante desta solicitação de ação judicial.

Juruna acusa autoridades

O deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) passou ontem por Goiânia, numa escala para Cubatã, e, ao ser abordado pela imprensa no Aeroporto Santa Genevieve, falou sobre a questão dos índios Apinajé de Tocantinópolis. O líder Xavante, que também é presidente da Comissão do Índio da Câmara Federal, acusou o governador Irls Rezende e o Ministro de Assuntos Fundiários, general Danilo Venturini, bem como outras autoridades, de estarem, segundo ele, fugindo do problema, que chamou de "novela".

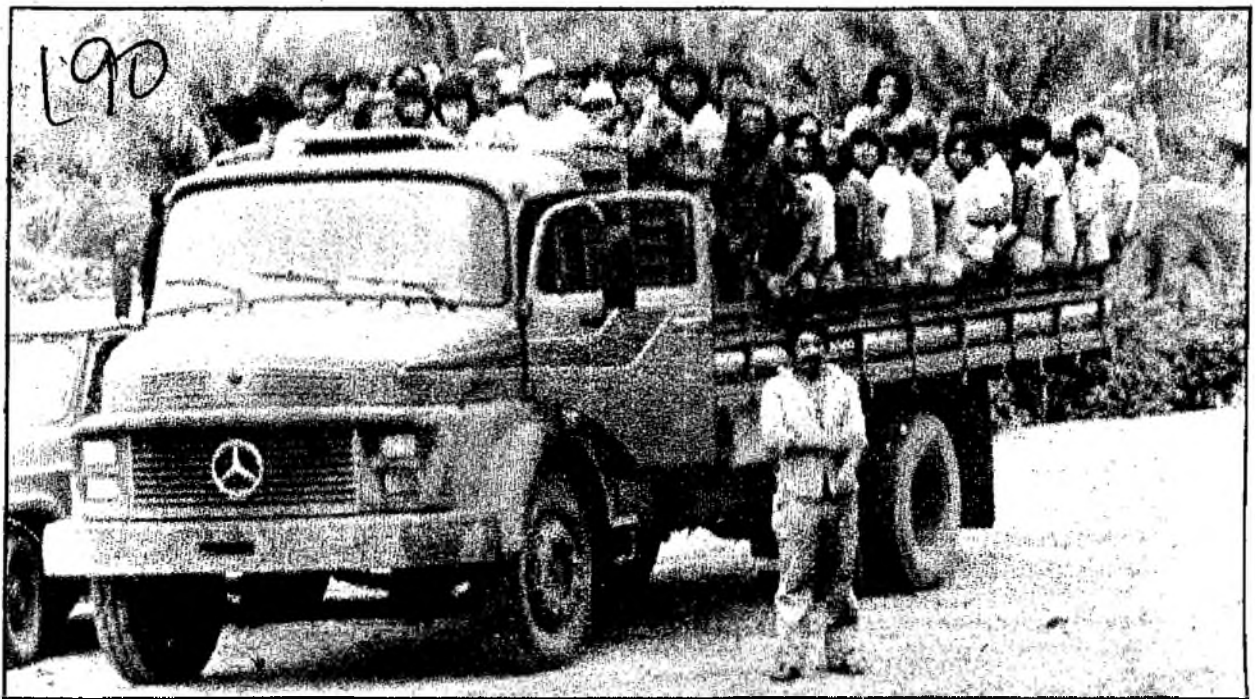
"Estou pronto para defender índio" — afirmou Juruna, acrescentando que irá até a ONU denunciar o que considera "falta de vergonha e de responsabilidade", referindo-se à demora na demarcação das terras dos Apinajé. "Ninguém quer resolver o problema do índio e o Brasil vai ter vergonha disso. O índio não pode esperar por ninguém e está pronto para brigar. A terra do índio é dele e não do Estado" — desabafou o deputado-cacique Mário Juruna. Ele disse que tentou uma audiência com Irls para tratar do assunto, sem, contudo, ter obtido sucesso e observou que o general Venturini está é querendo

passar logo o Governo, deixando a questão dos Apinajé para Tancredo Neves resolver. Diante disso, Juruna assegurou que irá exigir providências, a propósito, junto ao Presidente eleito.

TELEX

O Deputado distribuiu cópias de telex que enviou ao ministro Venturini, no qual protesta por ter ido a Tocantinópolis, a fim de ver de perto visita do Grupo Interministerial à área indígena, o que não aconteceu. O chamado "Grupão", formado pela Funai, Getat e pelos ministérios do Interior, e de Assuntos Fundiários "não foi conversar com lideranças indígenas e se limitou a sobrevoar a área de helicóptero, desprezando até mesmo presenças de líderes indígenas neste sobrevôo. Porque Grupão não quis falar com lideranças indígenas? Será que acham índio palhaço, criança? Será que pensam que índio não conhece seu território?" — diz o documento, que termina com um apelo: — Espero, Senhor Ministro, que Vossa Excelência saiba olhar com justiça para o problema de terra dos Apinajé, que mande urgentemente demarcar terras que pertencem aos Apinajé.

O GLOBO - RJ 09.02.85



Convencidos a não abrirem mais as picadas para demarcar a reserva apinajé, os índios voltam para a aldeia no caminhão

Apinajés: Caciques decidem esperar solução em Brasília

JOÃO BOSCO
Enviado Especial

TOCANTINÓPOLIS, GO — Desde ontem, quando o Presidente da Funai, Nelson Marabuto, chegou à Aldeia São José, dos índios apinajés, a batalha pela demarcação da área, no Extremo Norte de Goiás, teve seu palco transferido para Brasília. Após o anúncio da disposição do Governo federal em demarcar 130 mil hectares para os índios — que reivindicavam 148 mil —, ficou decidido que o Cacique Raoni e outros líderes indígenas embarcaram imediatamente para a Capital federal, de onde só retornam com o decreto assinado pelo Presidente Figueiredo. Os fazendeiros, que também disputam terras na região, prometem uma “matança gradativa”, que o Presidente da Câmara dos Vereadores, Evandro Guimarães, considera inevitável.

Ao descer do avião, na pista de pouso que fica a oito quilômetros da aldeia, e a pouco mais de quatro quilômetros da cidade, Marabuto deu um abraço emocionado em Raoni e disse: “Tudo resolvido”. Na aldeia, Raoni fez questão de posar para fotografias abraçado a Marabuto e pediu logo para ir a Brasília, onde sua filha está internada com malária.

Com Marabuto e Raoni seguiram os caciques Tecea, dos krenakares, Sotero e Francisco, ambos apinajés e Abrão (xavante). Marabuto

anunciou a chegada, quarta-feira próxima, da 4ª Divisão de Levantamento do Exército, sediada em Manaus, para iniciar a demarcação da área, que continuará sob a proteção da Polícia Militar. Ele revelou que, por telefone, obteve do General Aristides Barreto, da Divisão do Serviço Geográfico do Exército, a confirmação da presença de tropas neste prazo.

Na cidade, a reação foi imediata: os fazendeiros estão frustrados com o cancelamento da visita do Secretário de Segurança do Estado, José Freire, que defende a proposta de 85

lideranças indígenas de forma “lenta e gradual”, depois que o Exército encerrar o trabalho de demarcação da área e a solução estiver aceita.

— Não há outra saída e nem a gente pode evitar isso, porque a solução anunciada significa o fim de Tocantinópolis —, reagiu o Vereador Evandro Guimarães.

Os índios suspenderam os trabalhos de abertura de picada que, ontem, exigiram de pelo menos 100 deles uma caminhada de 30 quilômetros em mata fechada. Houve uma rápida assembléia e a concordância com a proposta de 130 mil hectares, mas não houve unanimidade.

Os índios concordam com os 130 mil hectares, porque englobam a antiga aldeia de Cocalinho, onde estão enterrados seus ancestrais, mas os fazendeiros que, sob o comando de João de Deus (o mais forte deles), em novembro passado, queimaram choupanas de índios na região, pretendem recorrer ao Supremo Tribunal Federal, convictos de que suas teses têm respaldo jurídico, uma vez que a Funai, em 1978, habilitou-se a demarcar 85 mil hectares, quando foi elaborado o memorial descritivo sobre os 560 mil hectares que formam essa região em conflito no Extremo Norte de Goiás.

● Com um jantar numa churrascaria, em Brasília, Marabuto, Raoni e os três caciques que os acompanharam comemoraram, ontem à noite, a trégua. Marabuto desceu sorridente do avião da Funai e anunciou um “final feliz” para o episódio, já que o decreto demarcando as terras apinajés será assinado, segundo ele, na segunda ou terça-feira.

“A gente não pode evitar a matança de índios porque a solução anunciada significa o fim de Tocantinópolis”

EVANDRO GUIMARÃES, vereador

mil hectares para os apinajés e, por isso, foi classificado por Marabuto como “a antítese do Secretário de Segurança”. O Presidente da Câmara, Evandro Guimarães, e o Vereador do PMDB, Agostinho Rodrigues, acham que a presença da Polícia Militar impede o confronto armado, mas não será suficiente para impedir que haja, periodicamente, uma “matança de índios”.

Os comerciantes e, de resto, a população de Tocantinópolis, pensam da mesma forma, e mudaram a estratégia: agora, ao invés de anunciarem o confronto, estabelecerão uma espécie de “guerra fria”, através da qual pretendem eliminar as

Roberto Da Matta

190 De índios,
diferenças e
vale-tudo

Deus dá o mal e fornece a cura. É preciso aprofundar esse conflito entre Tocantinópolis, Goiás e os apinajés, para mostrar como é enriquecedor o confronto entre duas línguas e culturas diferenciadas no tempo, no espaço e nas tradições. Aliás, a própria idéia de diferença só surge mesmo com a clareza pelo contrataste, pela comparação e, no caso da história brasileira, sempre pelo conflito cruel e, às vezes, pelo genocídio. Pois aqui temos um caso típico de uma sociedade tribal em confronto com uma sociedade nacional. O que é realmente isso? Sabemos os termos do conflito: trata-se de uma questão de terras que os índios reivindicam e que os brancos daquela área acham que é muito. Muita terra para pouco índio...

O argumento é uma bela projeção de um dos nossos valores mais centrais — a propriedade privada, em cima de uma sociedade onde tal noção existe, mas deve ser vista com todo o cuidado. Com aquele cuidado das diferenças entre culturas que norteia o trabalho de uma Antropologia Social adulta, estudiosa, responsável e, acima de tudo, honesta. O que significa isso? Ora, em primeiro lugar isso quer dizer que sociedades tribais não são sistemas "primitivos" ou "selvagens" como nos diz o evolucionismo mais vulgar; esse tem sido a prática de alguns teóricos da realidade brasileira. Sociedades tribais não são sistemas necessariamente atrasados "em tudo". São sociedades cujo atraso tecnológico é flagrante e cujo modo de existir se faz em franco equilíbrio com a natureza, com a utilização de um aparato técnico apenas suficiente para manter o sistema em funcionamento, reproduzindo-o numa medida quase que exata de si mesmo. Neste sentido elas são o oposto do que ocorre conosco, já que temos um sistema que vive mordendo o próprio rabo, numa perpétua movimentação viciosa, e às vezes viciada, que liga o consumismo com a propriedade e tudo isso com o seu aumento, e todo o bolo com os avanços que o próprio sistema se impõe como um dos seus valores mais fundamentais.

Aqui, quem tem quer mais; ou melhor: "tem" que querer mais. Entre os apinajés, e em todos os sistemas tribais conhecidos, quem tem é quem mais distribui. O valor social da troca está posto ao contrário. Aqui se tira, lá se dá. O grande par de heróis dos apinajés são Sol e Lua. Vindo para esse mundo, eles realizaram uma série de coisas. Descobriram o mundo, fizeram as plantas e animais, criaram a morte e o trabalho, mas não deixaram de instituir o adultério, a doença, a feiura e a penúria, como se estivessem vacinando seus "filhos" contra os males do utopismo e, sobretudo, do utopismo populista. Esse tão nosso conhecido modo de dizer que todos vão subir e que ninguém vai descer... Nas histórias de Sol e Lua, o ponto sempre afirmado é o "dar", a ação de distribuir e de pensar na totalidade e jamais em si sendo o ponto focal da moralidade tribal. O que temos então aqui? Ora, temos uma sociedade que pode ser tecnologicamente pobre, é certo, mas que — do ponto de vista social — é muito mais avançada do que os sonhos mais dourados dos moralistas que viveram entre nós: de Saint-Simon a Karl Marx.

FOLHA DE S. PAULO / SP 11.02.85

Mas o ponto fundamental para que se possa entender com precisão esse negócio de terra de índio é descobrir que entre eles a terra não será jamais algo a ser loteado entre famílias e depois transacionado como um bem privado. A terra, entre os apinajés, não é um bem individualizado dos valores sociais. E, ao contrário, um elemento que se confunde e se mistura com todas as tradições da tribo. A terra é o mito e o mito é a pessoa que o conta, e quem o conta é a aldeia e quem vive na aldeia vive também com os animais que fazem parte de uma enorme totalidade: o cosmos Apinajé. E essa totalização, esse "embeber" de técnicas, homens, objetos, cenários e relações que efetivamente estamos perdendo nas ondas intermináveis de um futuro que jamais chegará. Tal conceito se aproxima daquilo que chamamos de "patrimônio" (algo mais do que a propriedade), quando nos referimos a um bem que é maior do que sua forma material. Pois é assim que essa reivindicação tem que ser compreendida. Não se trata simplesmente de dar terra a um punhado de pessoas. Mas de honrar o sistema de vida de uma sociedade de homens. Sistema que pode não ser igual ao nosso; sistema que pode ser mais carente em tecnologia que o nosso; mas que certamente é tão honrado e tão digno de também atualizar a Humanidade como o nosso!

Se admitimos e até admiramos quem tem terra, gado, gente, ações, empresas e dólares, dinheiro, "money" em grande quantidade... Esses são os nossos heróis. Por que não admitir que os índios também possam ser proprietários como nós, e ainda com essa espécie de cautela cultural de que o seu território não é algo para compra e venda, mas o lugar onde enterram seus mortos e seus corações?

O ponto onde, um dia, há muito tempo, desceram Sol e Lua para garantir que os homens seriam sempre generosos uns com os outros.

Roberto Da Matta escreve sempre às segundas-feiras nesta coluna.

Governo fixa em 142 mil hectares a área Apinajé

Hoje é o dia "D" para os índios Apinajé. Enfim os ministros do Interior, Mário Andreazza, e de Assuntos Fundiários (MEAF), general Danilo Venturini, chegaram a um acordo que concede àquela comunidade indígena 142 mil e 800 hectares de terras, a serem imediatamente demarcadas, área também aceita pela liderança Apinajé que se encontra em Brasília, e aguarda para hoje a assinatura do decreto demarcatório.

De manhã, no entanto, eles passaram por um grande susto ao assistir pela televisão o general Venturini afirmar que a questão poderia ir para a Justiça, pois havia um pedido de ação discriminatória de áreas particulares, solicitado em 1963 pelo Governo de Goiás, o que, acreditaram, poderia atrasar por muito tempo a demarcação.

No entanto, o próprio Presidente da Funai foi quem os acalmou, já no meio da tarde, explicando-lhes que ação discriminatória não poderia inibir a assinatura do decreto presidencial.

"Até que enfim temos nossa terra", suspirou o cacique Francisco, Apinajé, ao se inteirar de que, apesar dos índios perderem parte do seu território no limite Sul, zona urbana de Tocantinópolis, ganharam uma área no limite Norte da reserva — zona rural do município de Itaguatins — a rodovia Transamazônica será o limite Oeste até 30 km de Cocalinho, local onde passará uma variante, reencontrando a estrada ao Norte daquela aldeia.

REAÇÃO

Ao ser informado da decisão do governo, o Prefeito de Tocantinópolis, José Sabóia, considerou o fato "uma calamidade". E prevê: "O pessoal não vai se conformar". Sabóia lembrou que nem mesmo a demarcação de 130 mil hectares de reserva indígena, anunciada no final da semana passada, satisfaz a comunidade branca. "Vamos procurar um jeito de recorrer. Isto não tem cabimento" sentenciou Sabóia.

Funai extingue Ajudância

A Ajudância da Funai em Araguaína foi extinta, segundo a Portaria 948, de quatro de fevereiro último, assinada pelo presidente do órgão, Nelson Marabuto. Todas as suas atribuições serão transferidas para a Ajago - Ajudância Autônoma de Goiás, a ser instalada em Goiânia, dentro de 15 dias. A informação foi prestada pelo chefe da Casa do Índio, Antônio Carlos Sampaio, ontem à tarde, quando esclareceu que uma casa no Setor Oeste já está sendo preparada para ser a sede da Ajago.

AÇÃO DISCRIMINATÓRIA

O secretário do Interior e Justiça, Luiz Alberto Soyer, disse ontem que a ação discriminatória a que o Ministro extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, fez alusão em entrevista ao programa *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo, realmente existe e foi proposta em 63, pelo Estado, não a propósito da questão das terras indígenas e sim com relação a praticamente todo o município de Tocantinópolis.

De acordo com o Secretário, a ação já não mais é de responsabilidade do Estado, devido às alterações que houve na legislação. Proposta pela antiga Consultoria Geral do Estado, em 63, a ação foi alterada em 71, passando ao domínio da União, pelo Decreto-Lei nº 1.164, que diz que 100 quilômetros às margens de rodovias federais projetadas, em construção ou construídas, são áreas de domínio da União. Nesse caso, conforme explicou ele, o In-cra passou a ser o autor da ação.

AGORA, O GETAT

Com a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e, consequentemente do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, a ação passou a ser deste órgão, ficando o próprio MEAF como o autor da ação.

Um acordo de interesses

O governador Iris Rezende anunciou ontem, antes da decisão de Brasília, que a solução para o conflito dos Apinajé com a população de Tocantinópolis não satisfaria "plenamente" ambas as partes. O anúncio foi feito após um encontro do governador com o ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, ontem em Brasília, quando o assunto discutido foi a demarcação da reserva indígena no Extremo-Norte do Estado. "A decisão final — afirmou o governador — deverá compatibilizar os interesses da família indígena com os interesses das cidades de Tocantinópolis e Nazaré".

De acordo com o que Iris Rezende conversou com o ministro Danilo Venturini, a área a ser demarcada não seria de 148 mil e 800 hectares nem de 130 mil, como fora anunciado no final de semana passada. Iris Rezende informou que o Governo "vai procurar atender o mais possível aos índios sem contudo estabelecer um limite que fique tão próximo das cidades, o que impediria o seu desenvolvimento sócio-econômico".

Um despacho do presidente Figueiredo com os ministros Danilo Venturini e Mário Andreazza, estabeleceram, finalmente, o reconhecimento do direito de indenização "aos possíveis proprietários com títulos na área a ser estabelecida".

O POPULAR - Goiânia | 60 13.2.85

Os erros da Funai e a verdade sobre a crise

Tocantinópolis vive nesses dias um clima não só de inquietação como de vexame, no que diz respeito aos acontecimentos envolvendo toda a sua gente e os índios Apinajé. A imprensa tem procurado noticiar os fatos, sem contudo prestar melhores esclarecimentos quanto às causas geradoras desta crise que já se arrasta há bastante tempo. O índio tem sido colocado, nos noticiários, como vítima de agressão por parte dos habitantes do município, autoridades e líderes políticos locais o que não corresponde à verdade. Os direitos humanos são invocados em defesa dos silvícolas, como se os chamados civilizados não fossem também humanos e, como tal, merecedores de um tratamento imparcial que lhes garanta seus direitos fundamentais.

Os Apinajé, de índole pacífica, sempre viveram em paz com a comunidade civilizada, existindo, até a criação da FUNAI, uma perfeita harmonia entre as duas partes. Registraram-se até vários casamentos entre índios e brancos. Os indígenas abriam as portas da aldeia à participação dos civilizados em suas festas tribais, que transcorriam num clima de alegria e confraternização. A FUNAI, sob o pretexto de preservar a cultura e os costumes indígenas, acabou com essa integração, isolando os índios quase que num regime de campo de concentração. O órgão governamental chegou ao exagero de exigir ordens de Brasília para que qualquer branco pudesse visitar a aldeia. Vários funcionários da FUNAI encarregados dessas aldeias ganharam muito dinheiro com esse isolamento uma vez que, o pouco que os índios produziam, especialmente na quebra do coco babaçu, tinha de ser comercializado por esses agentes, verdadeiros atravessadores que abocanhavam a maior parcela do arrecadado com as vendas. Muitos deles destruíram hoje de situação financeira invejável.

Entre os anos de 77 e 78 a FUNAI, dirigida pelo então coronel Ismarth de Oliveira, fez publicar no Diário Oficial da União edital determinando a demarcação da área indígena. Tal demarcação foi levada a efeito e, mesmo com a mutilação do município com consequente despejo de mais de sete mil pessoas sem qualquer indenização, tudo transcorreu pacificamente. A área solapada ao município atingiu 85 mil hectares, o que representa 17 mil alqueires para um total de pouco mais de 350 índios de todas as idades. O mapa correspondente foi feito juntamente com o memorial descritivo, de conformidade com a lei, tendo os próprios índios participado dos trabalhos de demarcação, abrindo as picadas onde até hoje existem os respectivos marcos de concreto.

Aí, cabe levantar uma questão básica: por que o Governo Federal, via FUNAI, planeja distribuir os 148 mil hectares aos Apinajé, o que daria 212 para cada um dos 400 silvícolas, e não adota a mesma política com relação às famílias de colonos beneficiados com glebas do INCRA? Sabe-se que esses colonos têm direito, cada família, algumas com até dez pessoas, a uma área de apenas 25 hectares, onde são produzidos os mais diversos tipos de culturas. Que paternalismo é esse que distribui migalhas a quem produz e beneficia com grandes extensões de terras aqueles que quase nada produzem?

Daí, não é de se estranhar a agitação das duas partes envolvidas: de um lado, os índios preparados e doutrinados pela Vale do Rio Doce e FUNAI; do outro, os habitantes de Tocantinópolis, seus pequenos fazendeiros e chacareiros, cientes da intrusão indevida de pessoas, organizações e empresas acobertadas pela própria FUNAI. Vergonhosamente, usa-se o índio como instrumento para a ampliação da área para saciar interesses egoístas e inconfessáveis.

Esses fatos caracterizam a incapacidade da FUNAI que não controla seus tutelados e ainda permite a influência de estranhos no comportamento dos índios. Nenhuma crise existiria, envolvendo milhões em despesas com deslocamento de tropas e autoridades diversas até a região se a FUNAI tivesse procedido com responsabilidade, mantendo a área por ela mesma demarcada em 1978. Somos pela imediata solução do problema. O que não queremos é que o município, já mutilado pela primeira demarcação, venha a desaparecer de vez com essa investida furiosa que abriga interesses sórdidos. Para evitar injustiças, apelamos à seriedade das autoridades responsáveis, seja o GETAT, através de seu presidente, seja o Ministro Danilo Venturini, seja o Ministro Andreazza, ou o próprio Presidente da República.

A população de Tocantinópolis, liderada pelos vereadores e pelo Prefeito Municipal, além de outros chefes políticos locais, desafia quem quer que seja a provar interesses outros que não o de preservar a integridade do município e o bem estar dos próprios índios, dentro dos limites já demarcados pela própria FUNAI.

José de Ribamar Marinho